

Cartilha
Como criar uma comissão
de pais?

Coordenação de Políticas
Educacionais-CPE

EDUCAÇÃO
É
COMÉRCIO
É
COMÉRCIO

DE NEM

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE MEDICINA

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Universidade para quem?

Quando consideramos as proporções entre faculdades públicas e privadas, cerca de 58% das escolas médicas são privadas[1]. Esse número tende a aumentar no cenário de expansão desenfreada das escolas médicas, que após diversos momentos históricos de incentivo ao ensino privado, dessa vez cresce por incentivo do Programa Mais Médicos (Lei 12.871) que como medida emergencial estimula a abertura de novas vagas para a graduação em medicina. Assim, segundo o Ministério da Educação (MEC), serão abertas no Brasil mais de 11.000 vagas até 2018, sendo 8.000 no setor privado. Enquanto isso, entre 2014 e 2015 foram criadas cerca de 5,3 mil vagas, sendo dessas 3,6 mil em escolas privadas (aproximadamente 68%) [2].

Observa-se um cenário de predomínio do ensino privado em que estudantes são colocados cada vez mais sob a lógica da mercantilização da educação, em que o incentivo à iniciativa privada destitui o Estado de sua responsabilidade de assegurar um ensino público, gratuito e de qualidade, em que a educação se compra, se vende, se negocia de acordo com os interesses de mercado.

Se analisarmos quem está na universidade nessa última década teremos cerca de 11% dos jovens negros/as; no grupo que o MEC define como os “20% da população de menor renda”, 4,2%

dos jovens frequentam ou concluíram o ensino superior; e quando temos os “20% mais ricos” esse número chega a 50% [3]. A cada mês milhares de estudantes desembolsam mensalidades que vão de R\$ 3.300,00 a R\$ 9.980,00 para instituições filantrópicas, conglomerados educacionais, autarquias municipais, associações entre outras participantes do grande mercado de faculdades de medicina. Expande-se vagas e universidades, concentradas no setor privado, à quem servirão?

É notória a exclusão, a segregação social que mercantilizar a educação gera; a ignorância das consequências em longo prazo que políticas paliativistas e unifocais instituídas trazem; o quanto as medidas no setor do ensino superior tomadas junto ao MEC sendo influenciadas pelos interesses de grandes conglomerados educacionais desmantelam a educação pública – gerando e mantendo o conhecimento elitizado.

Diante da realidade de deturpação da graduação em medicina acessível e socialmente referenciada, estudantes se veem em universidades que muitas vezes não oferecem uma formação adequada, seja no que trata de uma educação médica de qualidade, da vigência do tripé universitário ou mesmo de condições mínimas para a conclusão do curso, como programas de assistência e permanência estudantil. Como forma de tornar acessível àqueles que não poderiam pa-

gar, cria-se entre o fim da década de 90 e início de 2000 o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), uma maneira de transferência direta do dinheiro público para o setor privado. Entretanto, para muitos estudantes esses programas constituem a garantia de permanência estudantil e a única via para a conclusão da graduação.

Em comparativos entre o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) um programa que visa expandir o acesso à educação superior por meio das universidades públicas e o FIES, constata-se investimentos no mínimo discrepantes: entre 2007 e 2015, o Ministério da Educação alocou R\$ 9 bilhões de recursos para expansão e melhoria das condições [das instituições públicas de ensino superior], enquanto somente para o FIES, entre 2014 e 2015, foram cerca de R\$29,5 bilhões.



PAGANDO, E PAGANDO MAIS

Então se o ensino superior privado está em expansão, quem o está regulando?

Não sendo todas as limitações já impostas o suficiente, os estudantes das escolas médicas pagas encaram semestral ou anualmente uma dura realidade: o aumento da mensalidade. Diante de uma regulamentação vaga, inespecífica e praticamente inexistente que é prevista na Lei 9.870 de 1999, os aumentos podem ser realizados conforme justificados por uma planilha dos gastos, que inclui desde materiais de infra-estrutura básica, folha de pagamento do corpo docente até procedimentos realizados nos Hospitais Escola/ Universitários.

Pagamos então para assegurar nossa formação, pagamos mensalidades porque existe um poder de compra que pode fazê-lo, geralmente a classe média-alta brasileira. Esse poder de compra está diretamente relacionado aos momentos econômicos globais e nacionais, o que significa que durante crises econômicas ele se reduz. Pagamos então usando de financiamento estudantil, que depende de Portarias publicadas com uma frequência tão regular que acrescenta cada vez mais empecilhos no acesso ao pro-

grama, se mostrando mais confuso e até mesmo contraditório. Pagamos pelos serviços educacionais que consumimos, dentro das variações de mercado e das políticas públicas, sob uma lógica de mercantilização, mas que ainda resguarda alguns direitos de transparência e acesso a permanência estudantil.

Após algumas décadas já percebemos grandes falhas que agravam seriamente a problemática da mercantilização da educação. O pagamento das mensalidades vai muito além da graduação, paga-se por instituições corruptas, por desvios de verba, por hiperfaturamento, por empresas-fantasma, pela necessidade alheia de acúmulo de capital – como se provou na auditoria realizada pelo Ministério Público em algumas Instituições de Ensino Superior (IES). Paga-se com facilidade ou dificuldade de acordo com as condições financeiras do estudante, paga-se com dinheiro público vindo do FIES e o aumento abusivo de mensalidade surge no contexto de exploração da dependência que existe entre estudante-instituição-capital.

Diversas IES não apresentam qualquer justificativa quanto ao valor determinado para o au-

mento da mensalidade, que atualmente variam de 6,5% a 50%. Justifica-se o aumento através da apresentação de gastos na planilha, que podem ser contraditórios desde o valor dispensado para produtos de limpeza até exames de imagem. O questionamento em relação aos valores é coerente a partir do momento que não há comprovação dos dados apresentados, como Nota Fiscal ou qualquer parecer oficial.

As mobilizações contra o aumento abusivo de mensalidade vem sendo cada vez mais frequentes, estudantes do Brasil todo não toleram mais serem enganados e explorados por escolas médicas que não se comprometem seriamente em suas funções administrativas e usam a formação em educação médica como uma fonte de lucros desvinculada de seu objetivo real. A Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DEN-EM) vem prestando suporte as demandas trazidas pelos Centros e Diretórios Acadêmicos, no que diz respeito a construir o debate, analisar possibilidades e muitas vezes junto ao MEC buscar respostas e soluções para cobranças inadequadas de mensalidade.

NENHUM CENTAVO A MAIS!

A participação e mobilização estudantil é essencial diante de um cenário tão hostil, para garantir o direito de pagar por um preço justo, para barrar

aumentos abusivos injustificados e para receber a educação médica de qualidade em que acreditamos.

Por meio de Centros e Di-

retórios Acadêmicos estudantes buscam em reuniões de colegiado de curso, diretoria de faculdade ou de mantenedoras estabelecer um diálogo para que haja um

acordo no valor estipulado para o aumento da mensalidade, o que nem sempre se faz possível, seja por falta de acessibilidade dos administradores ou mesmo por posturas engessadas e irredutíveis em que a voz do estudante é silenciada.

Não somente nesse sentido os estudantes encontram certa dificuldade em estabelecer uma postura, visto que muitas vezes o suporte legal é falho, seja por desconhecimento da Lei 9.870 (que regulamenta o aumento embasando-o na planilha de gastos) ou mesmo por falta de saber técnico para avaliar os dados contidos relacionados a contabilidade, administração hospitalar, destinação de verbas públicas e privadas, entre outros fatores relacionados a gastos básicos que são apresentados.

Nesse contexto, abusos institucionais não são raros, sendo eles em relação a falta de credibilidade depositada nos estudantes ou mesmo por retaliações pessoais ou ao movimento estudantil local. Isso acaba muitas vezes por tolhir o direito a reivindicações e desmotivar o estudante frente à sua causa.

Assim surge a ideia da criação da Comissão de Pais, um grupo de pais, mantenedores ou responsáveis que mostram interesse em garantir o direito de se pagar uma mensalidade com valores devidamente justificados. Compondo-se, também, por profissionais com experiência e conhecimento técnico como advogados, contadores, administradores, médicos, professores, juizes, ou simplesmente por responsáveis que não mais toleram essas in-

justiças, garantem não somente uma revisão técnica da planilha, mas a possibilidade de um questionamento mais respeitado pelas IES, que são capazes de tomar medidas cabíveis e que não correm riscos de retaliação institucional por se exporem.

A criação de uma comissão de pais é encorajada pela DEN-EM, visto que é uma força a mais que se interpõe as arbitrariedades institucionais. Algumas IES já possuem boas experiências a compartilhar em relação a esta iniciativa, um exemplo disso é a Faculdade de Medicina de Campos (FMC) no Rio de Janeiro, a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, e a Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ) também em São Paulo.

Compartilhando experiências

1. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

A ideia de elaborar uma comissão para conter os aumentos de mensalidade, que estavam ocorrendo com cada vez mais frequência, surgiu por volta de 2005, por sugestão da turma 41 de medicina da FCMSCSP. No entanto, nesse momento, essa comissão tinha caráter informal, com reuniões bem espaçadas, e foi perdendo a força após 2008. Portanto, as mensalidades voltaram a subir, e em meados de 2012, foi proposto um aumento de quase 1000 reais a mais na mensalidade com a finalidade de criar um fundo de reserva.

O CAMA (Centro Acadêmico Manuel de Abreu) convocou, então, uma assembleia de alunos e pais para explicar e

debater a situação, esperando buscar coletivamente a solução para o problema. Nesse ínterim, a ideia de uma comissão de mensalidade voltou à tona. A proposta era reformular aquela comissão anterior, conferindo mais força e compromisso. Para tal, pais e alunos pré-designados e voluntariados seriam responsáveis por acompanhar as planilhas de orçamento da faculdade e propôr sugestões de investimentos e fundos, junto ao tesoureiro da faculdade. Essa comissão foi aprovada e criou-se, em 2013, a Comissão de Mensalidade da FCMSCSP. Essa comissão conta com a presença de 8-10 pais e 3-4 alunos. Os alunos são indicados pelo CAMA e os pais são eleitos pela comissão anterior. No entanto, como são poucos pais com disponibilidade e capacitação para tais encargos, normalmente, todos que se “candidatam” são “eleitos”.

Os pais que não participam das reuniões, mas que têm interesse em se informar sobre as decisões tomadas nela, recebem um e-mail com a Ata da reunião. Durante o primeiro semestre, o tesoureiro apresenta as planilhas de orçamento e esta é acompanhada pela comissão. Durante o segundo semestre, o número de reuniões aumenta e a comissão começa a planejar o orçamento do ano seguinte, levando em consideração as propostas principais elencadas durante o primeiro semestre. Por Exemplo, em 2015 as propostas principais era fazer um fundo extra para épocas de crise, investir em pesquisa e cortar gastos em infraestrutura. Ela também decidiu que a faculdade não aderisse mais ao ProUni na medicina, além de restringir o número de outras bolsas integrais para esse curso, aumentando sua disponibilidade para os outros

curso da faculdade.

É importante ressaltar que todos os pais de alunos na FCMSCSP são convocados para participar, sejam esses alunos de quaisquer cursos. Além disso, essa comissão é regulamentada pela lei 9870/99, cujo artigo 7º dispõe que “são legitimados à propositura das ações previstas na Lei no 8.078, de 1990, para a defesa dos direitos assegurados por esta Lei e pela legislação vigente, as associações de alunos, de pais de alunos e responsáveis, sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, vinte por cento dos pais de alunos do estabelecimento de ensino ou dos alunos, no caso de ensino superior.”

2. Faculdade de Medicina de Campos dos Goytacazes (RJ)

“Em 2014, um grupo de pais e responsáveis de estudantes da Faculdade de Medicina de Campos (FMC) se reuniram com o propósito de debater algumas questões que os preocupavam em relação à Instituição onde seus filhos e filhas estudavam. Era um ano em que o estado do Rio de Janeiro acabava de assistir a falência de uma das maiores universidades do estado, a Universidade Gama Filho, devido a crescentes endividamentos, e era visto que a situação da FMC tomava rumos semelhante, pois a IES também estava muito endividada e passando por turbulências políticas internas importantes, e este cenário interferia direta e negativamente na qualidade do ensino. Diante disso foi criada a Associação de pais da FMC. Logo que foi fundada a Associação procurou fazer reuniões com os setores administrativos da faculdade para procurar saber sobre destino dado às mensalidades, e apurar quais medidas estavam

sendo tomadas em relação ao endividamento e a qualidade do ensino. Neste mesmo ano apoiaram o diretório acadêmico (DA) na luta contra o aumento abusivo de mensalidade, inclusive participando de reuniões que envolviam a direção e coordenação do curso e da instituição, representantes de turma e DA para debate acerca da planilha de gastos que havia sido apresentada como justificativa para aumento da mensalidade acima da inflação. No ano seguinte novas reuniões foram feitas, juntamente com o apoio à greve protagonizada pelos estudantes da FMC contra novo aumento abusivo, neste contexto a associação esteve junto em momentos bem definitivos para a IES, por exemplo, quando foi criada uma comissão fiscalizadora que ficaria responsável por analisar, anualmente, os gastos da instituição, mediante apresentação de planilha mais detalhada, em épocas de aumento de mensalidade desta comissão fazem parte: Um membro do DA, um membro do comando de greve (montada na época), um membro da associação de pais, um membro da associação docente e a diretora financeira da faculdade.

Infelizmente ainda é um grande desafio para a Associação conseguir a adesão dos pais, e o reconhecimento pela própria IES no que tange direção e coordenações, no entanto para o DA a existência da mesma é indispensável para maior mobilização das famílias em prol da melhoria da instituição.”

3. Faculdade de Medicina de Jundiaí (SP)

“A criação da comissão de pais surgiu na FMJ na tentativa de barrar aumentos abusivos na mensalidade, orientando-se

em escolas pagas que já haviam adotado essa ação. É do conhecimento de todos o quão problemático se tornou o acesso ao ensino superior em escolas pagas e como são deficientes as políticas de acesso, sendo mais complexas ainda as medidas de permanência em nossa faculdade.

Frente a isso, os alunos decidiram se organizar e pedir esclarecimentos à faculdade sobre os reajustes anuais nas mensalidades, os quais sempre estavam acima dos valores do índice da inflação. Diante do pouco poder argumentativo, estes mesmos alunos convidaram pais que tivessem conhecimento jurídico ou sobre contabilidade e prestação de contas para organizar uma comissão responsável pelo barramento de aumentos exorbitantes.

Em 2015, a comissão impediu que o reajuste fosse feito acima dos valores da inflação do mesmo ano, acordando o valor de 11,25%. Ainda encontramos impasses nessa luta: protocolos negados e planilhas de contas alteradas.

Em 2016, novos problemas surgiram: reavaliação da bolsas de monitorias, cortes nas bolsas de pesquisa e, por consequência, agravamento das políticas de permanência em nossa faculdade. Além disso, os repasses do FIES para a FMJ foram adiados ou até mesmo feitos com títulos de crédito nacional.

A comissão de pais está se reestruturando e buscando novas formas de argumentar neste novo ano. Ainda estamos engatinhando, mas já parece que temos resultados positivos.”

E COMO COMEÇAR UMA COMISSÃO DE PAIS?

Diante dos relatos apresentados é notável a eficácia da Comissão de Pais quando se trata de controlar o aumento abusivo de mensalidade.

1. Tendo como percussor Centros e Diretórios Acadêmicos, esses iniciam o processo de formação convocando uma Assembleia Geral, ou semelhante conforme previsto como maior órgão deliberativo dos estudantes de acordo com cada estatuto. Nessa Assembleia, como garantia de ampla participação estudantil nas tomadas de decisão, deve ser apresentada a proposta aos estudantes, que votarão serem a favor ou contra a formação da Comissão.

2. Mediante aprovação, é necessário informar aos pais sobre a criação do órgão, seja através de e-mail, comunicados, o meio que for mais cabível à realidade local. Assim, interessados poderão se manifestar e estar em contato entre si, marcando reuniões para iniciar os trabalhos de criação, presenciais ou não.

3. Em seguida, eles devem se reunir presencialmente, passando por uma Assembleia de criação oficial da Comissão, aprovação de estatuto (caso necessário), eleição dos membros, e registro da atas de criação e eleição, além do próprio estatuto.

4. Enfim criada, adequa-se ago-

ra as realidades locais de comunicação com a IES, seja por uma carta comunicando sua existência, uma solicitação de reunião ou a participação direta nas reuniões específicas sobre o aumento de mensalidades, mantendo o CA ou DA sempre como parceiro nessa luta e representante direto dos estudantes, que não deixam de protagonizar suas causas.

A DENEM coloca-se à disposição em auxiliar qualquer estudante a mobilizar esta iniciativa em sua local. A educação é nosso direito! Não aceitaremos mais cobranças abusivas e injustificadas, queremos uma regulamentação eficaz das escolas médicas pagas já!

FONTES

• [1] “Listagem das escolas médicas do Brasil”

Disponível em: > <http://www.escolasmedicas.com.br/escolas.php><

• [2] “Novos cursos, mais vagas e mais oportunidades”

Disponível em: ><http://maismedicos.gov.br/cursos-de-graduacao><

• [3] Censo – IBGE (2011)

Disponível em: ><http://www.estadao.com.br/noticias/geral,n-de-jovens-negros-na-universidade-quadruplica-mas-91-ainda-estao-fora-imp-,946579><

• Roteiro SEBRAE: “Como começar uma associação”

Disponível em: ><http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/roteiro-para-criar-uma-associacao,54fe438af1c92410VgnVCM-100000b272010aRCRD><

• LEI No 9.870: “Regulamentação do aumento de mensalidade em Instituições de Ensino privadas”

Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9870.htm<

• ‘Não é só uma lógica econômica, é um horizonte para a formação humana no Brasil’ - Roberto Leher (pesquisador da área de educação e reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Disponível em: ><http://www.eps-jv.fiocruz.br/noticias/entrevista/nao-e-so-uma-logica-economica-e-um-horizonte-para-a-formacao-humana-no-brasil><

• REUNI

Disponível em: ><http://reuni.mec.gov.br><

